

UMA HISTÓRIA DOS ESTUDOS SOBRE A LINGUAGEM NO BRASIL: GRAMÁTICAS COLONIAIS, DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E PROCESSOS HISTÓRICO-SOCIAIS

Ronaldo de Oliveira Batista*

Resumo: Este artigo procura analisar, seguindo princípios da historiografia linguística, a constituição de um saber gramatical presente em obras escritas durante os séculos XVI e XVII, no período colonial brasileiro, no âmbito de uma tradição reconhecida como linguística missionária. Colocam-se como objetos privilegiados de observação processos histórico-sociais relacionados aos propósitos da colonização e da evangelização de povos indígenas e escravos africanos e também métodos de descrição linguística, ancorados na tradição gramatical clássica.

Palavras-chave: historiografia linguística; gramáticas brasileiras; linguística missionária.

INTRODUÇÃO



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes – www.mnba.gov.br.

Figura 1 – *Primeira missa no Brasil*, de Vitor Meirelles, 1861 – óleo sobre tela.

■ **P**rocessos histórico-sociais são revelados no imaginário tanto dos seus agentes históricos como na visão de mundo daqueles que reexaminam o passado, diante de diferentes intenções, organizando, dessa forma, a construção de uma identidade, permeada de posicionamentos e direcionamentos ideológicos.

Sendo assim, a escolha do óleo sobre tela de Vitor Meirelles (1832-1903) para introduzir este artigo não é fortuita. Em torno de três séculos, depois dos momentos iniciais da empresa colonial portuguesa no território brasileiro, o pintor representou um dos aspectos essenciais para a compreensão das relações históricas e sociais que caracterizaram nosso período colonial, ao estabelecer como ícone de sua pintura a primeira missa. Estão na representação pictórica os padres, o símbolo da Igreja Católica e os índios, habitantes naturais da terra que seria explorada e colonizada. Não estão ausentes do quadro os colonizadores, vestidos de acordo com o ideal do herói europeu, que cumpriram sua missão de descobrir novos territórios para suprir a necessidade financeira e lucrativa das metrópoles europeias. Colocou-se, assim, na visão do pintor do século XIX, o quadro das relações sociais desse período: os índios, os desbravadores europeus e os missionários católicos. Ou em outro espaço de interpretação: os colonizados (explorados e dizimados em grande quantidade de sua dimensão populacional), os colonizadores (exploradores das riquezas da terra) e os agentes de uma visão religiosa que estabeleceria um pacto com a esfera administrativa e política, ao legitimar processos de escravidão, submissão, matança e conversão religiosa.

O imaginário exposto no quadro não apresenta outro agente do processo de colonização do território brasileiro: os escravos vindos de diferentes regiões da África, que foram elementos cruciais para o desenvolvimento das relações sociais do período colonial. Ausentes naquele momento da primeira missa, que inaugurava, por assim dizer, o espaço da atuação colonizadora, os escravos fizeram parte de uma série de relações estabelecidas com maior intensidade no século XVII, após a tentativa fracassada de dominação dos índios. Porém, outro pintor do século XIX configuraria no imaginário brasileiro a participação dos escravos africanos no quadro social e político dos tempos coloniais e imperiais. É do francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848) a pintura que nos coloca diante da diferença social entre brancos colonizadores e senhores e os africanos dominados e parte de um estrato social inferior.



Fonte: www.atica.com.br.

Figura 2 – *Jantar (família rica)*, gravura de Jean-Baptiste Debret publicada em 1834 no livro *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*.

Como se pode perceber pelas imagens, o século XIX construiu uma visão das relações sociais resultantes de uma série de processos sociais e históricos na esfera de convivência, em meio a diferentes graus de hierarquia, entre índios, negros, colonizadores e missionários católicos.

Se a relação social está representada em diferentes histórias de natureza tanto iconográfica, pictórica como literária, não há, entretanto, a presença destacada de uma reflexão historiográfica sobre as relações linguísticas que se estabeleceram na nossa história colonial. Ainda há que percorrer um longo caminho para que a história dos estudos sobre a linguagem alcance maior público e seja mais bem conhecida, assim como são as histórias da pintura, da literatura e dos processos político-sociais. Sendo assim, este texto pretende colaborar para que a história de nosso país seja conhecida em uma outra chave de interpretação: aquela que toma como foco privilegiado de observação a forma como linguagem e línguas foram percebidas e analisadas no Brasil colonial. Para tanto, a partir de posicionamentos teórico-metodológicos da historiografia linguística (subárea das ciências da linguagem que procura narrar a história do conhecimento sobre linguagem e línguas), este artigo analisa a produção gramatical dos jesuítas que escreveram descrições de línguas utilizadas no Brasil colonial, tendo em vista o estabelecimento de características de uma escrita gramatical da linguística missionária do período. Procura-se, então, ao lado do mapeamento das condições históricas de surgimento das gramáticas, descrever e analisar alguns dos procedimentos e estratégias utilizados pelos jesuítas na descrição do tupi antigo¹, do quiriri² e do quimbundo³, algumas das línguas faladas no Brasil colonial (BATISTA, 2002, 2005).

PROCESSOS HISTÓRICO-SOCIAIS E A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA COLONIAL

Em meio à constituição histórica das grandes navegações europeias, missionários de diversas ordens religiosas foram enviados para territórios que passariam a ser colonizados (HOVDHAUGEN, 1996; ZIMMERMANN, 1997). Inseridos nesse processo histórico-social, em 1549 chegaram ao Brasil missionários da Companhia de Jesus. A relação entre a Igreja Católica e a empresa de colonização portuguesa caracterizou a exploração e o povoamento do território colonial, tendo como pano de fundo a expansão do catolicismo em meio a habitantes nativos das regiões descobertas e daquelas envolvidas no tráfico negreiro. A representação da primeira missa no quadro de Meirelles nos permite verificar o papel conciliador entre Igreja Católica e política administrativa colonial. Um processo social que se iniciava ao lado do comprometimento com uma fé religiosa que deveria ser imposta aos habitantes do território a ser explorado.

Nesse cenário, jesuítas dedicaram-se à conversão de indígenas e escravos, estabelecendo uma etapa na história dos estudos sobre a linguagem na qual se

1 O tupi antigo pertence ao tronco tupi, família tupi-guarani. Era a língua mais utilizada ao longo da costa no Brasil colonial (com diferenças dialetais), sendo conhecida não só por missionários e nativos, mas também pelos portugueses. Tal difusão da língua levaria à formação de base de uma língua geral no século XVIII, pelo intenso uso e importância no território brasileiro.

2 O quiriri pertence ao tronco Macro-Jê, família Kariri. É difícil precisar a área habitada pelos índios kiriris no nordeste brasileiro, mas é possível indicar uma concentração nas regiões reconhecidas atualmente como Bahia, Pernambuco, Piauí, Ceará e Sergipe. Os kiriris foram aldeados em missões jesuítas no século XVII, período da escrita da gramática de Mamiani. Atualmente a língua não é mais falada e a maioria dos grupos foi extinta.

3 O quimbundo faz parte da família Niger-Congo, grupo Benue-Congo e subgrupo Bantu. Utilizado, principalmente, pelos escravos que vinham das regiões angolanas. A língua ainda é utilizada nas regiões africanas, Angola e proximidades.

intensificou, em meio a uma grande diversidade linguística, o contato entre línguas e se deu a produção de instrumentos linguísticos (gramáticas, dicionários, listas de palavras, glossários), que visavam, sobretudo, possibilitar formas mais produtivas de contato, por meio de um processo de ensino-aprendizagem de línguas denominadas, pelo olhar europeu, de exóticas (AUROUX, 1992). Sistematizar línguas, e o exótico, em nome do contato social não deixava de fazer eco ao movimento de dominação das diferenças. Nesse sentido, observe-se a europeização dos escravos que conviviam no interior das casas dos senhores, representada na gravura de Debret.

Após primeiros contatos com nativos e escravos, nações colonizadoras passaram a enfrentar impasses nas trocas sociais, diante do desconhecimento, dos diferentes lados (colonizador, colonizados, escravizados), das línguas utilizadas. Quando os primeiros portugueses, e mesmo outros europeus que chegaram às terras brasileiras, entraram em contato com os nativos, puderam perceber a grande diversidade linguística da nova terra. Essa diversidade se caracterizava não só pelas línguas indígenas, mas também pelas línguas dos europeus colonizadores e invasores e pelas línguas africanas dos negros, os quais seriam de grande número principalmente a partir do século XVII.

Diante desse contexto, pode-se afirmar que as estratégias de contato privilegiaram a utilização de algumas línguas que atuavam com mais proveito no espaço social. Dessa forma é que se apontam apagamentos numa história linguística, no sentido de que, ao escolher algumas línguas e instrumentos que as codificavam (e garantiam o acesso a elas), a pluralidade linguística do território colonial foi se apagando ao longo da construção de nossa história e identidade (RODRIGUES, 1993).

Há, nessa conjuntura histórica, ideológica por sua constituição num tempo e espaço definidos em meio a sujeitos agentes e participantes, um apagamento da diversidade, em nome de uma homogeneização do saber e do conhecimento (BORGES, 2001). Não foram todas as línguas indígenas e africanas, utilizadas nos territórios brasileiros coloniais, que passaram pelo processo de sistematização. Escolheram-se as línguas mais empregadas e de maior aceitação por parte dos agentes dessa codificação, os europeus. Se a diversidade se apagou em nome de escolhas estabelecidas, a definição das formas e dos modos de gramatização também impôs outro apagamento: o das especificidades linguísticas, considerando que uma das características da linguística missionária dos séculos XVI e XVII, dando forma a um conjunto de procedimentos descritivos, foi o uso do conhecimento da gramática e do tratamento do latim para as abordagens das línguas “exóticas”.

Os primeiros missionários jesuítas, nos momentos iniciais da colonização, tornaram possível o estabelecimento do controle português sobre parte do território brasileiro e, ao mesmo tempo, criaram um sistema educacional e realizaram as primeiras descrições das línguas faladas no Brasil colonial, sendo os únicos responsáveis por essas atividades durante quase três séculos (VAINFAS, 2000, p. 326-328).

Como consequência dessas escolhas em meio a um espaço de diferença e de necessidade de controle dessa diferença (não se pode esquecer das formas típicas de dominação num processo de colonização), deu-se a publicação das gramáticas da “língua mais falada ao longo da costa” (numa extensão que cobria desde o litoral paulista até as regiões do litoral nordestino): o tupinambá, ou

tupi antigo, ou, ainda, tupi quinhentista (e mesmo *língua brasílica*, na metalinguagem de jesuítas da época), nos séculos XVI, pelo padre José de Anchieta (1595), e XVII, pelo padre Luís Figueira (provavelmente em 1621).

De Anchieta temos a *Arte de grammatica da Lingoa mais ufada na cofta do Brafil* (1ª edição de 1595, com 58 folhas numeradas), que tem o seguinte plano estrutural: uma parte inicial dedicada à descrição das unidades sonoras da língua, seguida de uma extensa parte que trata de classes de palavras e de fenômenos de morfossintaxe.

O segundo gramático do tupi antigo é Figueira. Numa breve comparação, pode-se verificar que a descrição de Figueira é mais didática, no sentido da ordenação, clareza nas explicações, economia quanto a abordagens de exceções e aspectos que o uso poderia indicar. Essas características tornam-se mais relevantes quando se constata que a gramática de Figueira fez mais sucesso que a obra pioneira de Anchieta (RODRIGUES, 1998). Cabe ainda destacar uma diferença entre os dois registros: os jesuítas teriam descrito diferentes dialetos do tupi antigo. O de Anchieta seria o tupi falado mais ao sul, o tupi paulista, que se tornaria no século XVII a língua geral paulista. Já Figueira teria descrito o tupi do norte, que daria origem à língua geral do norte.

Em 1699, o padre Luís Vincencio Mamiani publicou a arte de gramática da língua quiriri, falada pela nação indígena situada na região nordeste brasileira. A gramatização do quiriri pode ter ocorrido porque seria do interesse dos jesuítas também efetuar a catequização de forma efetiva com esse grupo de indígenas. Mamiani (1877, p. IV), na introdução da sua gramática, destaca a necessidade de *colocar em regras* (metalinguagem da época para a sistematização gramatical) a língua:

Conhecendo pois a necessidade que tem a Nação dos Kiriris nesta Provincia do Brasil de sogeitos que tenham noticia da sua lingua para tratar de suas almas, não julguey tempo perdido, nem occupação escusada, antes muito necessaria, formar hũa Arte com suas regras, & preceitos para se aprender mais facilmente.

A descrição gramatical do jesuíta tenta dar conta da língua tal como falada no século XVII nas regiões correspondentes aos atuais Estados da Bahia, do Piauí e Sergipe, principalmente. A *Arte de Grammatica da Lingua Brasílica da Naçam Kiriri* está dividida em duas partes, uma com o tratamento da parte sonora da língua e da palavra (classes e estrutura) e outra com o tratamento da “*syntaxe*” da língua. A obra segue a tradição do período, sendo parte privilegiada a que trata das classes de palavras, ressaltando a característica das gramáticas da época de apresentar extensivamente o que chamamos de morfologia e morfossintaxe, em detrimento de abordagens sonoras e sintáticas.

Em 1697, outra língua falada no Brasil colonial teve seu registro, escrito por Pedro Dias, em forma de *arte de gramática*: o quimbundo, língua dos escravos negros, de origem angolana, trazidos para o trabalho nas terras brasileiras.

A *Arte da Lingua de Angola, oferecida a Virgem Senhora N. do Rosario, Mãy, e Senhora dos mesmos Pretos, pelo P. Dias da Companhia de Jesu* (Lisboa, na Officina de Miguel Deslandes, Impressor de Sua Magestade. Com todas as licenças necessarias. Anno 1697, 48 pp.) foi escrita na Bahia, destinada ao ensino da língua para os jesuítas que trabalhavam na catequização dos africanos, originários de Angola e regiões próximas, e também aos missionários que estavam incumbidos de receber os navios negreiros (ROSA, 1997). Deve-se apontar a

importância da descrição de Dias, uma vez que é ela a primeira gramática sistematizada do quimbundo, característica comum também às gramáticas de Anchieta e Mamiani. A gramática, em sua primeira edição, é um pequeno livro de 48 páginas com função eminentemente prática, como as outras gramáticas jesuíticas. Há a descrição das unidades sonoras da língua, das classes de palavras e de aspectos morfossintáticos.

FORMAS DA GRAMÁTICA: O QUE SE DESCREVEU E COMO SE DESCREVEU

As gramáticas missionárias foram escritas a partir do que era conhecido como os métodos de descrição utilizados nas gramáticas clássicas da tradição greco-latina e na recente produção gramatical sobre os vernáculos europeus; assim, pode-se afirmar que a utilização da gramática tradicional como apoio é algo que define a produção das gramáticas jesuíticas escritas para uso no Brasil colonial⁴: há a manutenção (ou a tentativa) de 1. categorias gramaticais (como a exploração dos processos flexionais e suas denominações), 2. *partes da oração* (expressão atribuída pela tradição gramatical latina clássica às classes de palavras) divididas de acordo com o latim, e 3. metalinguagem descritiva. Esse procedimento foi responsável pela formação de uma tradição gramatical, permitindo que muitas línguas pudessem ser aprendidas pelo modelo de descrição gramatical do latim⁵.

No Brasil, essa produção gramatical missionária ocorreu, como já apontado, pelas mãos de José de Anchieta (1534-1597), Luís Figueira (1573-1643), Pedro Dias (1621-1700) e Luís Vincencio Mamiani (1652-1730). Todos escreveram *artes de gramática*, denominação corrente no período para uma descrição de cunho prático (escrita por missionários para, preferencialmente, outros missionários) com motivação pedagógica, que deveria ser breve, mas eficaz para a transmissão de aspectos básicos das línguas. As gramáticas apresentavam uma estrutura geral comum: a) tratamento da parte sonora, ortografia e acento (pronúncia, entonação); b) descrição das classes e da estrutura das palavras (processos flexionais, compostos, derivados); c) tratamento da parte sintática, subordinada a fenômenos morfossintáticos⁶.

Encontra-se, na produção gramatical jesuítica brasileira, um método comparativo (não no sentido de uma linguística comparativa típica do século XIX) que procurava buscar equivalências entre as línguas descritas e línguas de maior conhecimento por parte dos missionários, como o português e o latim. Essa busca de equivalências é uma transferência funcional da metalinguagem definidora de classes de palavras e categorias gramaticais latinas (também gregas, se fosse o caso) que pudessem apresentar semelhanças (estabelecidas em relação às funções gramaticais desempenhadas) com supostas classes e categorias das línguas em descrição.

4 A expressão "gramática tradicional" refere-se ao conjunto de proposições descritivas e metalinguísticas de origem greco-latina, em seu período conhecido como Antiguidade clássica ocidental. Assim, quando se apontar a utilização de um modelo latino, a referência estará sendo feita a formas de descrição utilizadas em gramáticas da tradição greco-latina ocidental e também em algumas gramáticas do Renascimento que se caracterizaram por dar continuidade ao modelo clássico.

5 "O quadro latino [...] é um poderoso fator de unificação. O plano relativamente fixo das gramáticas define o quadro para se preencher por uma descrição de língua e também os termos teóricos necessários para uma primeira apreensão dos fenômenos" (AUROUX, 1992, p. 78). Vale lembrar que, em alguns casos de descrições de línguas, não se observou uma mera transposição do modelo latino. Em gramáticas de línguas ameríndias, por exemplo, a percepção de que o modelo latino não seria suficiente gerou alterações no uso do instrumental, por causa de aspectos particulares das línguas dos nativos.

6 A análise aqui empreendida utiliza termos da descrição linguística moderna. A metalinguagem adotada pelos gramáticos aparece com destaque em itálico.

Essa estratégia associava-se ao ideal de transmissão pedagógica: apontando semelhanças e diferenças, o processo de ensino/aprendizagem poderia efetivar-se de forma menos árdua, uma vez que diferentes realidades linguísticas passavam a ser percebidas como semelhanças e diferenças, bem de acordo com o espírito da época, que buscava na similitude a compreensão do mundo. Como ressalta Lopes (2000, p. 15), o momento histórico, em consequência da descoberta (exploração) de novas terras, reconhecia e interpretava o diferente pelo olhar comparativo. Foi esse olhar que, da mesma forma, possibilitou e instaurou o contato entre colonizador e colonizado, pois essa atitude diante do mundo se transferiu para o campo linguístico, no qual línguas até então desconhecidas passaram a ser encaradas a partir do ponto de vista comparativo. Comentários dos viajantes e colonizadores ressaltavam a falta ou as diferenças em relação aos costumes de nativos das terras americanas, africanas e asiáticas em contraste com os europeus, assim como os gramáticos ressaltavam a falta de sons e as diferenças entre as línguas do colonizador e do colonizado.

Há também nessas gramáticas o uso de um procedimento que descrevia a combinação de unidades, as transformações morfofonológicas, a associação de palavras nas orações, tudo descrito por uma espécie de explicação passo a passo (que pode ser apontada como índice do caráter instrumental das obras) do que ocorria com a língua quando em uso, como no exemplo de Anchieta (1990, p. 33) a seguir.

Tambê algũs verbos se hão de descreuer com dous, ij, hum confoante, outro vogal depois do artigo & não com, gi, vt aijquĩ, aijboˆ. Porque tendo o accusatiuo expreffo, ou, o reciproco, & outras partes, (vt infra latius) perdem o primeiro, i. vt pirá ibómo, peixe frechando: & se se ecreuera cõ, gi ouuera de dizer, piragibómo.

Em termos de escolhas do que se descreve, é o estudo da *palavra* que ocupa o maior número de páginas. Ela é entendida como unidade fundamental, formada por *letras* e organizada em *ajuntamentos*, com outras palavras, resultando em *orações*. Os gramáticos mantiveram como base de suas descrições a tradição clássica ocidental: a descrição concentra-se em torno das classes de palavras – nome, pronome, verbo, particípio, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, mesmo recorte da tradição gramatical latina. Como afirma Swiggers (1997, p. 9), a gramática clássica ocidental e, em consequência da adoção das práticas descritivas, as gramáticas missionárias são organizadas em torno de categorias e não de processos que afetam formantes dessas categorias, distanciando-se, assim, de uma concepção morfológica para o tratamento descritivo.

A partir da determinação de alguns procedimentos e estratégias de descrição, os gramáticos se valeram de alguns critérios (BATISTA, 2002, 2005):

a) No *plano sonoro*, foi utilizado com mais produtividade o critério auditivo (ou perceptivo), ancorado em comparações com outras línguas como português e latim. Em geral, o missionário descrevia e registrava as unidades sonoras conforme as ouvia, sem fornecer muitos detalhes do processo de produção dos sons, com abordagens articulatórias, tornando clara a herança de uma gramática de feição clássica. As unidades de cada sistema são descritas a partir de comparações com o latim, o português e o castelhano, e esse procedimento ressalta as unidades que não faziam parte das línguas que estavam sendo descritas, mas que figuravam como sons, unidades distintas, em línguas europeias.

Nesta língoa do Brafil não há f. l. s. z. rr. dobrado nem muta com liquida. vt cra, pra, &c. Em lugar do s. in principio, ou médio dictionis ferue, ç. com zeura, vt Açô, çatâ (ANCHIETA, 1990, p. 23).

As letras de que se vfa nesta língua, fãõ as seguintes . A, B, C, D, E, G, H, I, Y, K, M, N, O, P, Q, R, T, V, X, til. Ficão excluídas, F, L, S, Z. Tambem se não vfa rr dobrado ou aþero (FIGUEIRA, 1621, fl. 1).

Entre as letras usadas nesta língua são as seguintes: A, æ, B, C, D, E, G, H, I, Y, K, M, N, O, P, R, S, T, V, W, Z, til (MAMIANI, 1877, p. 1).

O Pronunciar, & escrever he como na língua Latina, com advertência que não tem R dobrado, nem no principio do nome, nem no meyo, v.g. Rierino, hoje: Rimi, língua (DIAS, 1697, p. 1).

Altman (2000, p. 8) aponta, com base no exame de gramáticas de línguas gerais sul-americanas do período, que a descrição das unidades sonoras baseada nas *letras* ausentes nas línguas era procedimento comum, e esse traço também pode ser visto, explicitamente proposto, no primeiro gramático da língua castelhana, Antonio de Nebrija (1946, p.18): “*aquel que quiere reduzir en artificio algun language, primero es menester que sepa de si de aquellas letras que están en uso sobran algunas e si, por el contrario, faltan otras*”.

A descrição fonético-fonológica na linguística missionária está relacionada à escrita, aspecto presente inclusive na metalinguagem adotada. O alfabeto criado para o tupi antigo, o quimbundo e o quiriri é de base latina, com poucas alterações de acordo com particularidades das línguas – essas alterações apresentam-se como uso de diacríticos ou de grafemas de pouco uso, como o <y>, no alfabeto português. Durante muito tempo, viu-se difundida a ideia de confusão entre oral e escrito, em obras como as que se analisam aqui e também nas gramáticas da Antiguidade clássica. Se a metalinguagem nos oferece, de fato, uma imprecisão, é preciso notar que os gramáticos demonstravam ter consciência de quando se referiam ao plano oral e quando se referiam ao plano da escrita. Mamiani (1877), por exemplo, parece ter clara uma distinção entre os planos sonoro e escrito da língua, ao afirmar que o uso do “*accento circumflexo*” nos segmentos do tipo *Ghÿ representa* uma pronúncia branda e aspirada na garganta. Entretanto, é preciso considerar que a análise de aspectos sonoros está relacionada ao processo de escrita de línguas ágrafas. Sobre esse aspecto, Swiggers (1997, p. 156) afirma que a sistematização, a partir do modelo de análise derivado da gramática latina, como a de Manuel Álvares, herdeira de descrições como as de Varrão, Prisciano, Donato e também Quintiliano, caracterizava-se pela segmentação das unidades fônicas reduzidas aos sinais (grafemas) do alfabeto latino, ou seja, não há como separar plano oral do registro escrito, e não só pelo uso da metalinguagem, mas principalmente pelo fato de se estar diante de recentes propostas de escrita. Robins (1979, p. 18), ao tratar da tradição grega clássica (origem da tradição latina, que, por sua vez, é o modelo do fazer gramatical missionário), lembra que a base de descrição fonética do grego foi o próprio alfabeto. Sendo assim, o estudo do som é uma explicação sobre a pronúncia das letras. Descrição da realidade oral imbricada com o registro escrito.

Assim, o missionário descrevia as unidades sonoras de acordo com a percepção auditiva que ele tinha a partir da realidade observada/percebida: “E ainda que pareção pronunciar, Apábne, &c. he pella delicadeza com que tocão o i. & ainda no mefmo prefente o exprimem as vezes, vt Apábi” (ANCHIETA, 1990, p. 24).

Figueira (1621, fl. 1, grifo nosso) utilizou a busca de equivalências entre as línguas conhecidas: “O i, jota, *ferue como no latim*, hora de vogal, hora de confoante”. E o trecho de Mamiani, que segue, apresenta mesmo procedimento: o uso do grafema <æ> serviria, num alargamento das possibilidades descritivas do uso do alfabeto latino, para indicar a pronúncia ora como “A fechado”, [a], ora como “E largo”, próximo à produção de um fone longo, fechado, como [e].

Entre as letras usadas nesta lingua são as seguintes: A, Æ B, C, D, E, G, H, I, Y, K, M, N, O, P, R, S, T, V, W, Z, til. As vogaes entre si não formam diphtongos, mas se pronuncia cada hũa por si como syllaba diversa.

Entre as vogaes se conta aqui o æ, ainda que se escreva como diphtongo Latino, para significar hũa vogal entremeya entre o A, & o E; & se pronuncia com hũ som diverso das outras vogaes, ou como A fechado que participa do E, ou como E largo que participa do A. v. g.: Inhuræ. Filho (MAMIANI, 1877, p. 1).

Pedro Dias (1697, p. 1) descreveu unidades sonoras do quimbundo como se estivesse diante de um processo quando tratava de unidades que não eram comuns no português e/ou latim: “As letras seguintes, B. D. G. V. Z. fe lhe põem antes a letra N v.g. Nburi, Carneiro, Ndungue, Traças. Ngombe, Boy, Nvula, Aruva. Nzambi, Deos”.

Os *acentos* (termo relativo a aspectos de entonação) no quimbundo foram abordados levando-se em consideração processos típicos de uma língua tonal, em que alterações na altura ou na melodia de determinadas unidades podem apresentar diferentes significados. Ressalta-se, nesses registros, a percepção da funcionalidade dos tons na língua. Dias (1697, p. 2) oferecia ao leitor, para indicar a importância da alteração de tons no quimbundo, o que a linguística estrutural chamará, séculos depois, de par mínimo: “Tambem vay muito nos affentos, com que se escreve, ou se pronuncia; porque mudaõ a sustancia, & significação dos nomes v.g. Mûcua, certa fruta. Mucuã, morador, ou habitador”.

b) nos *planos lexical, morfológico e sintático*, quanto às delimitações das palavras e suas classificações e combinação em unidades maiores, os gramáticos se valeram, principalmente, de critérios morfológicos (a palavra e sua estrutura), morfossintáticos (como os itens se relacionavam com outras unidades) e semânticos (com uma relação entre elementos linguísticos e não linguísticos em meio a representações do mundo).

Para a descrição de aspectos relacionados à palavra, observa-se a utilização de procedimentos como a busca de equivalências entre línguas e a explicação dos processos de combinação e formação. Elementos menores constituintes das palavras eram chamados de *partículas* ou *artigos*. O termo *artigo* está relacionado, por exemplo, a unidades que afixadas em verbos forneciam informações sobre a pessoa gramatical e em nomes indicavam posse. *Partículas*, em muitas passagens, correspondem a afixos.

A palavra era descrita, estruturalmente, em termos da existência, ou não, de alterações nas formas e também pelo acréscimo, ou não, de segmentos:

Os verbos simples desta lingua são todos os monosyllabos: & se houvesse quem pudesse perfeitamente alcançar a força de todos os vocabulos, tenho para mim que acharia que toda a lingua consiste em vocabulos monosyllabos, que servem de raizes para formar os compostos [...] (MAMIANI, 1877, p. 68).

Os significados da palavra também eram critérios de descrição: “[Sobre a posposição çocê] Esta significa, lugar, & excessão, vt, Itaçocê, lapidem fuper, vel plufquam lapis [...]” (ANCHIETA, 1990, p. 108).

Assim como as relações estabelecidas nas estruturas sintagmáticas e sintáticas:

Os Adverbios desta lingua se dividem em quatro classes. A primeira he dos Adverbios, que se costumão pôr no principio da oração. A segunda he dos Adverbios, que se usam no fim dos Nomes, & verbos, com os quaes fazem composição. A terceira he dos Adverbios, que se costumão pôr depois de alguma palavra da oração. A quarta he dos Adverbios indifferentes (MAMIANI, 1877, p. 87).

Os gramáticos reconheceram que as línguas não apresentavam declinações de caso, tal como no latim e no grego. No entanto, a nomenclatura dos casos é extensivamente utilizada para explicação da função que *partes da oração* exerciam. A partir dos casos latinos, seriam abordadas, num procedimento que privilegiava a transmissão didática, as funções das categorias gramaticais próprias das línguas em descrição. O tratamento das chamadas preposições era fundamental nessa perspectiva, uma vez que seriam elas, segundo os gramáticos, as unidades responsáveis, em algumas construções, pelo estabelecimento de equivalências com os casos latinos.

Os nomes nesta lingua, cõummente, não tem distincão de numeros, singular, & plural; nem tambem de casos; mas a mesma voz serue de ambos os numeros, & em todos os casos. v.g. Oca, casa, ou casas: Apyaba, homê, ou homês. E os casos se conhecem por algũas preposições, ou modos de collocar os nomes entre si; ou tambem com os verbos (FIGUEIRA, 1621, fl. 2-v).

Mamiani (1877, p. 6) também descreveu casos no quiriri, apontando que eles poderiam ser reconhecidos pela ordem de colocação de unidades (nominativo e genitivo) ou pelo uso de preposições (os outros casos): “porque nesta lingua não ha caso algum sem preposição fóra do Nominativo, & genitivo [...]”. Ele percebeu que não era possível falar em declinações para os casos, como no latim, mas os reconheceu pelo sentido e pela função estabelecidos pelas unidades na construção sintática.

Se morfologicamente não havia uma aproximação possível com a formação dos casos em latim, semântica e funcionalmente seria possível a transferência. Mamiani (1877, p. 10) ainda apontou a presença de casos nos nomes, mas disse que essa classe de palavras não sofria mudanças nas terminações, “porque os nomes servem com a mesma voz [realização sonora] a todos os casos”. No entanto, o missionário propôs, baseado no sistema pronominal, que o quiriri apresentava unidades indicadoras de pessoa prefixadas a determinados verbos, uma divisão dos nomes em declinações.

A diversidade destes artigos [prefixos] he o fundamento de dividirmos os nomes, & verbos em diversas Declinações: & porque os mesmos artigos servem assim aos nomes, como aos verbos, a mesma divisão serve de regra commũ a huns, & a outros.

Chamo Declinações, não porque sejam declinações dos casos nos nomes, ou de tempos, & modos nos verbos, mas porque são quasi declinações dos pronomes, ou possessivos, ou substantivos, compostos com os mesmos nomes, & verbos

pelas tres pessoas em ambos os numeros, singular, & plural: & pela mesma razão, & por ser regra geral que abraça tãbem os verbos, se poem juntas as declinações dos nomes com as dos verbos (MAMIANI, 1877, p. 10).

O exame da gramática de Dias (1697) permite que se observe o tratamento de uma série de nomes, com o apontamento de suas *letras* e *syllabas* iniciais, para indicar as correspondentes mudanças de prefixo, apontando alterações morfofonológicas. O gramático do quimbundo foi o primeiro a reconhecer um sistema que determinava, a partir da presença dessas partículas, às vezes também chamadas de “preposições”, uma divisão dos nomes em classes, o que a linguística descritiva denominou muito tempo depois como classes nominais: “Exceição da letra F, fazer no plural em Ma; os adjectivos começaõ no lingular em I, no plural em A. v.g. Fuma, noticia, Mafuma, noticias” (DIAS, 1697, p. 6).

Já a abordagem da sintaxe nas gramáticas jesuíticas é algo peculiar à sua época, uma vez que está extremamente relacionada ao estudo da palavra e não ocupa número extenso de páginas, sendo, inclusive, ausente como parte autônoma da gramática de Anchieta.

Em primeiro lugar, é importante lembrar que a tradição gramatical da Antiguidade clássica e as gramáticas modelares do Renascimento (obras de Manuel Álvares e Nebrija, para a tradição jesuítica) também se caracterizaram por não apresentarem ampla descrição de fenômenos sintáticos. Há uma sintaxe organizada em torno da palavra, das relações estabelecidas pelo nome (substantivo) e pelo verbo, com atenção para os fenômenos de concordância e regência. É esse tipo de estudo sintático, ao lado da descrição da construção das orações (ordem dos elementos), que é retomado nas artes jesuíticas, não havendo destaque para uma descrição extensa a respeito das funções (sintáticas ou semânticas) que as palavras exerciam na oração.

Figueira (1621, fl. 81-v) iniciou sua “sintaxa ou construção das partes da oração” com a constatação de que a estrutura sintática (concebida como a forma de combinação entre nomes e verbos) do tupi antigo, por não ter casos nem declinações, seria simples: “Como nesta lingua não ha variedade de cafos, nem de generos, mais que o que fe tem viſto, fica facil a combinação dos verbos com os nomes, como fe verá”.

Anchieta não propôs uma parte autônoma para o estudo da sintaxe, mas é possível verificar o tratamento conjunto de aspectos relativos à palavra e à sintaxe em sua gramática, caracterizando um amplo tratamento morfossintático do tupi antigo. A abordagem de fenômenos a partir da função das unidades como agente, complemento, está presente em Anchieta. Além deste gramático, apenas Mamiani aborda a sintaxe a partir de aspectos ou funções de actância.

Tambè podè ter significação paſſiua, faltè na quelles cuja acção fenão pode fazer pella peſſoa agente vt aũ. eu como Ayeũ, eu me como (ANCHIETA, 1990, p. 91, grifo nosso).

Se o relativo fôr agente assim do verbo Neutro como do Passivo, se faz participio activo em Ri assim de hum como de outro verbo. v.g. Deos, que me ama a mim: Tupã ducari hidiohõ. Pedro, que matou ao seu inimigo: Però dupari dumarã.

Se o Relativo fôr nominativo paciente do verbo passivo, se faz Participio em Ri, ou em Te. v.g. Pedro, a quem matey: Però dipacriri hinhã ou Sipacritè hinhã. (MAMIANI, 1877, p. 55, grifos nossos).

Quando há referências às funções das palavras numa oração é porque estas condicionam alterações nas formas, indicadas a partir da descrição das partículas que alteravam unidades e/ou segmentos. O estudo da sintaxe como descrição de funções como sujeito/predicado era parte dos estudos da lógica, assim como essa metalinguagem, e, portanto, não merecia extensa abordagem, ainda mais em obras como as artes de gramática, que prezavam pela brevidade da exposição. Mamiani (1877, p. 65, grifo nosso) indica, no trecho que segue, a utilização dos termos sujeito/predicado nos estudos da lógica.

Tres são os significados do Verbo Sum, a saber: Ser, Estar, Ter. Para o primeiro significado de Ser, serve o mesmo nome ou Adjectivo ou Substantivo, que costuma ser o segundo Nominativo do Verbo Ser, & dos Logicos se chama Predicado, & este se poem em primeiro lugar antes do primeiro nominativo, a que os Logicos chamão Sogetto.

A diversidade, em relação ao português, da ordem dos elementos na oração também foi registrada por Figueira (1621) e Mamiani (1877). Era possível no tupi antigo e no quiriri a ordem verbo-sujeito (chamado de *nominativo*, numa extensão das possibilidades descritivas da metalinguagem clássica):

Primeiramente o nome, ou pronome em respeito do verbo podem eftar antes ou de/pos. vt Oço Pedro; Pedro oço. Yxe aico: Aico yxe (FIGUEIRA, 1621, fl. 60b).

*Da Syntaxe de todas as Partes da Oração entre si.
De ordinario nesta lingua precede o verbo ao Nominativo
(MAMIANI, 1877, p. 98).*

Dias (1697) considerava, bem de acordo com a tradição aqui em análise, que os missionários que viessem a utilizar sua gramática conheciam bem a gramática latina, o que facilitaria a compreensão de suas descrições, assim, as divisões do estudo sobre a sintaxe empregaram mesma metalinguagem da gramática latina, com termos como *verbum personale, verbum infinitum, voces copulativa, nomina adjectiva*, entre outros.

Syntaxe Nota I.

Tratamos fõmente das regras geraes, que pertencem a todas as linguas, & que fe podem accõmodar à dos Ambundus, deixando as especiaes da lingua Latina. Porem porei a primeira palavra da regra Latina, & o exemplo da lingua Angolona, declarando o exemplo da mesma lingua, para que se saiba a palavra, que pertence à regra, de que se trata (DIAS, 1697, p. 33).

MODOS DE ESCRITA GRAMATICAL: A CONSTITUIÇÃO DE UMA TRADIÇÃO

O que houve de comum nas formas de apreensão das línguas foi também o que uma das gramaticografias da época renascentista utilizou com mais extensão, como o método que privilegiava a busca de equivalências entre a língua que estava sendo descrita com línguas de maior tradição de registro gramatical. Ao lado dessa característica, há a utilização e manutenção de uma metalinguagem que acabaria por caracterizar grande parte da produção gramatical do Ocidente.

José de Anchieta, e sua *Arte da lingoa mais usada na Costa do Brafil*, foi o autor que propôs algumas soluções descritivas que podem ser apontadas como

originais, em relação a termos utilizados e a propostas de descrição de aspectos particulares do tupi antigo. De fato, o que se pode apontar de comum em relação a Anchieta e aos outros jesuítas deve ser relacionado ao fato de que o primeiro gramático de uma língua brasileira foi, também, a matriz de uma tradição de descrição. Muito do exposto por Anchieta foi repetido pelos outros gramáticos: a metalinguagem – o termo *áspero* (de origem grega) para descrição do som; as propostas de grafia para a vogal alta e central; e, talvez com mais destaque, a denominação de *artigo* para morfemas prefixados ao verbo ou ao nome. Um ponto de divergência entre Anchieta e os outros gramáticos é quanto à estrutura das artes. A descrição anchietana não apresenta um aspecto considerado como didático, no sentido, por exemplo, de clareza na divisão de partes da gramática. Mais um aspecto de divergência é o amplo tratamento, por Anchieta, de questões de morfofonologia, promovendo uma cuidadosa descrição de aspectos sonoros e estruturais da palavra, distanciando-se, assim, do ideal de brevidade e contenção expositiva.

Também Pedro Dias é, algumas vezes, apontado como um autor distante do modelo de fazer gramática na tradição aqui em exame, mas tal afirmação deve ser atenuada, pois todos os jesuítas pautaram-se pelo modelo latino de descrição gramatical, uma vez que era o mais acessível para essa tradição. O que se pode apontar são diferenças na utilização desse instrumental de descrição. O que se destaca em Pedro Dias é o fato de que sua descrição gramatical recorreu de maneira sensata a comparações, apenas quando necessárias, já que é muito mais a utilização da metalinguagem que orienta o processo descritivo.

Luís Mamiani também se destaca por um aspecto particular de sua gramática. Se Mamiani segue mais de perto o instrumental de descrição exposto em gramáticas latinas, com a utilização de metalinguagem e a transferência de categorias, ele apresenta uma característica que o distingue: é o único a fazer comentários a respeito dos procedimentos e estratégias de descrição que utilizou, além de apontar o que considerava como caminho ideal de aprendizagem.

Já Luís Figueira funciona como uma síntese do que era gramática na tradição jesuítica do período. Ele seguiu o modo de descrição proposto pela Companhia de Jesus (via gramática de Manuel Álvares), inclusive com a utilização e tradução de conceitos para as *partes da oração* expressos na gramática alvarina. Se não há originalidades a apontar, Figueira foi, sem dúvida, um exemplar de sua época, no sentido de que é um modelo exato do que a Companhia de Jesus concebia como a gramaticografia de uma língua exótica. As sucessivas edições de sua gramática não evidenciam outra coisa a não ser seu sucesso.

No entanto, se há diferenças, há também muitas semelhanças, e são estas que possibilitam mapear um recorte na historiografia da linguística brasileira aqui denominado de *linguística missionária*.

Essa tradição de descrição e prática de tratamento linguístico, em seus momentos iniciais (séculos XVI e XVII), seguindo Zimmermann (2004, p. 12-13), situou-se no âmbito da missão evangelizadora, que estabelecia como metas o ensino de línguas aos missionários, a redação de gramáticas e dicionários que pudessem alicerçar a produção escrita de catecismos (material fundamental do processo evangelizador) e a tradução de textos religiosos. Os agentes dessa tradição foram missionários que, além de ajudarem a concretizar o processo de exploração e colonização, foram elementos centrais de divulgação de doutrinas e ideologias que procuravam expandir a visão cristã dos reis que garantiam a

execução das navegações ao longo do mundo. Diferentes manifestações dessa tradição (observadas nas publicações possibilitadas pelos avanços renascentistas na arte da impressão) nos permitem visualizar o resultado de um trabalho de campo empreendido por missionários que entraram em contato com línguas sem escrita e tradição literária, tal como eles conheciam em seu universo intelectual. Um trabalho que levou ao contato com povos de diferentes horizontes sociais, culturais e religiosos, estabelecendo os primeiros alicerces para futuras tradições de pesquisa linguística, que colocariam em pauta a classificação e a tipologia linguísticas, núcleo dos estudos sobre a linguagem nos dois séculos seguintes.

Dessa forma, é possível dizer que o fator impulsionador da formação de uma linguística missionária tenha sido o ensino das línguas para outros missionários, um propósito eminentemente didático de transferência de saberes linguísticos para, essencialmente, outros missionários que deveriam conhecer as línguas para que a conversão e os rituais religiosos se estabelecessem a contento. Uma produção voltada para a escrita e divulgação de uma série de materiais escritos para servir de subsídio para o ideal de conversão dos nativos e escravos para a fé cristã (cf. ZWARTJES; HOVDHAUGEN, 2004; ZWARTJES; ALTMAN, 2005).

É possível destacar, ainda, que as gramáticas missionárias legaram para a história descrições de línguas até então desconhecidas, abrindo caminho para uma percepção da diversidade linguística. Os registros das línguas do Brasil colonial (assim como todos os de línguas “exóticas”) colaboraram para a percepção de sistemas linguísticos diferentes, lançando bases para a comparação entre línguas, em tradições posteriores (ALTMAN, 2009; AUROUX, 1992). Ainda que o impacto das gramáticas missionárias tenha sido praticamente nulo na época de sua escrita, até mesmo pela função particular que representavam, foram elas que, quando redescobertas no final do século XVIII e no século XIX, contribuíram (pelo *corpus* que ofereciam) não só para a formação da noção de relatividade cultural, mas também para o desenvolvimento de estudos de caráter comparativo e de classificação de línguas, como diferentes historiógrafos da linguística apontam.

CONCLUSÃO

Este artigo procurou apresentar aspectos da constituição de um saber gramatical que se ancora numa tradição de tratamento de línguas reconhecida como *linguística missionária*. Além de apontar elementos dessa tradição e de sua atuação em meio aos processos histórico-sociais caracterizadores do período colonial brasileiro, o texto procurou apontar para a necessidade de conhecimento da nossa história em outro aspecto de sua complexidade: aquele que se mostra por meio das diferentes formas de tratamento das línguas e da linguagem. Sendo assim, a reflexão historiográfica ganharia outra dimensão ao colocar, ao lado de outros discursos constituintes da reconstrução da história, a descrição e análise de elementos que foram responsáveis por definir recortes e posicionamentos de identidade e ideologia na nossa formação como nação.

Se no início, em busca de diálogos entre diferentes formas de reconstruir nossa história, houve Meirelles e Debret, configurando nosso imaginário sobre o quadro de relações sociais no período colonial, há em Henrique Bernardelli

(1858-1936), outro pintor do século XIX, a representação do contato entre missionários e indígenas, reafirmando o intenso convívio entre jesuítas e povos subjugados no complexo processo de colonização. Convívio registrado historicamente não só nas cores e na plasticidade de uma reconstrução visual, mas também nas descrições linguísticas que nos legaram os jesuítas, testemunhas e agentes de um capítulo da história dos estudos sobre a linguagem no Brasil.



Fonte: www.portalsaofrancisco.com.br.

Figura 3 – *Missionários ensinando pequenos índios a cantar*, óleo de Henrique Bernardelli (1858-1936).

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, C. As “línguas gerais” e a empresa missionária colonial. Linguagem e representação metalingüística. In: COLÓQUIO SOBRE LÍNGUAS GERAIS, 1., 2000, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- _____. Retrospectivas e perspectivas da historiografia da lingüística no Brasil. *Revista Argentina de Historiografia Lingüística*, v. I, n. 2, p. 115-136, 2009.
- ÁLVARES, M. *Institutio Grammatica*. Roma: Soc. Jesu, 1832.
- ANCHIETA, J. de. *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Unicamp, 1992.
- BATISTA, R. O. *Artes de gramática jesuíticas no Brasil colonial dos séculos XVI e XVII*. 2002. Dissertação (Mestrado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- _____. Descrição de línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil Colonial. *DELTA*, v. 21, n. 1, p. 121-147, 2005.
- BORGES, L. C. A instituição de línguas gerais no Brasil. In: ORLANDI, E. (Org.). *História das ideias linguísticas*. Campinas: Pontes; Mato Grosso: Unemat, 2001. p. 199-222.
- DIAS, P. *Arte da Lingoa de Angola oferecida a Virgem Senhora N. Rosario, Mãe e Senhora dos mesmos Pretos*. Lisboa: Miguel Deslandes, 1697.
- FIGUEIRA, L. *Arte da Lingva Brasilica*. Lisboa: Manoel da Silva, [1621?].
- HOVDHAUGEN, E. (Ed.). ... and the Word was God: Missionary Linguistics and missionary grammar. Münster: Nodus, 1996.

- LOPES, E. Ler a diferença. In: BARROS, D. L. P. de (Org.). *Os discursos do descobrimento*. São Paulo: Edusp; Fapesp, 2000. p. 11-26.
- MAMIANI, L. V. *Arte de grammatica da lingua brasilica da Naçam Kiriri*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877.
- NEBRIJA, A. de. *Gramatica castellana*. Madrid: Junta del Centenario, 1946.
- ROBINS, R. H. *Pequena história da lingüística*. Tradução Luiz M. M. de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *DELTA*, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993.
- _____. O conceito de língua indígena no Brasil, I: os primeiros cem anos (1550-1650) na Costa Leste. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos*, v. 1, p. 59-78, 1998.
- ROSA, M. C. As línguas bárbaras e peregrinas do Novo Mundo segundo os gramáticos jesuítas: uma concepção de universalidade no estudo de línguas estrangeiras. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 6, n. 2, p. 97-149, 1997.
- SWIGGERS, P. *Histoire de la pensée linguistique*. Analyse du langage et réflexion linguistique dans la culture occidentale, de l'Antiquité au XIXe. siècle. Paris: PUF, 1997.
- VAINFAS, R. (Dir.). *Dicionário do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- ZIMMERMANN, K. (Ed.). *La descripción de las lenguas amerindias en la época colonial*. Frankfurt am Main: Vervuert; Madrid: Iberoamericana, 1997.
- _____. La construcción del objeto de la historiografía de la lingüística misionera. In: ZWARTJES, O.; HOVDHAUGEN, E. (Ed.). *Missionary linguistics/lingüística misionera*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2004. p. 7-32.
- ZWARTJES, O.; ALTMAN, C. (Ed.). *Missionary linguistics II/lingüística misionera II*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2005.
- ZWARTJES, O.; HOVDHAUGEN, E. (Ed.). *Missionary linguistics/lingüística misionera*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2004.

BATISTA, R. de O. A history of language studies in Brazil: colonial grammars, linguistic diversity and historical processes. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 112-127, 2011.

Abstract: *This article attempts to analyze, according linguistic historiography principles, the grammatical knowledge present in works written in the sixteenth and seventeenth centuries in Brazilian Colonial territories, under a tradition known as missionary linguistics. Privileged objects of observation are stated, such as the social-historical processes related to the colonizing and evangelization of indigenous peoples and African slaves, besides the methods of linguistic description, anchored on the tradition of classical grammar.*

Keywords: *linguistic historiography; Brazilian Grammars; missionary linguistics.*